UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Temas e Práticas em Relações Internacionais- BRI0001**

**Primeiro Bimestre de Aula- 2018**

**Ensaio I: Tendências e Riscos Globais**

Luana Kaplan Fernandes

Administração (FEA)

N° USP: 9814971

SÃO PAULO

2018

**Introdução**

"Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer". Como dito por Aristóteles, o desejo de conhecer é ato fundamental da natureza humana. Mais do que compreender aquilo que os circundam, os humanos desejam compreender fenômenos, origens, relações de causa e efeito. Desejam compreender a si mesmos e ao mundo.

 A ânsia da compreensão não se restringe apenas ao passado, sendo o futuro também um grande antro de curiosidades. Não basta olhar para trás em busca de descobertas, é preciso olhar para frente e imaginar o que está por vir, quem está por vir, como virá.

 Um dos maiores desafios que temos é justamente esse: analisar o passado, distinguir as tendências presentes e ser capaz de perceber os riscos que nos aguardam. Podemos antecipar o que ocorrerá em breve, mas jamais teremos a certeza dos resultados que as ações presentes terão no futuro.

Algumas das grandes questões, tendências globais e riscos da nossa sociedade atual foram levantadas e sintetizadas na primeira parte da disciplina de Temas e Práticas em Relações Internacionais, e serão apresentadas neste ensaio de maneira crítica.

**O Brasil no Futuro do Mundo**

 Incerteza é, de forma curiosa, a maior certeza que a sociedade brasileira tem sobre o futuro de seu país. Muito sabe-se sobre as tendências globais, sobre a direção para a qual o sistema tende a mover-se, e sobre os riscos que podemos enfrentar, ou seja, sobre as possibilidades de ocorrerem acontecimentos futuros e incertos. No entanto, é aparente a inércia da sociedade e do Estado diante de tais aspectos.

Até 2050, a previsão é de que o planeta atinja nove bilhões de habitantes, sendo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), dois bilhões de pessoas com idade superior a 60 anos. Esse cenário reflete também o que deverá ocorrer no Brasil nos próximos anos: crescimento populacional em ritmo desacelerado e aumento do gradiente de idosos. Segundo dados do Ministério da Saúde, o país, em 2016, tinha a quinta maior população idosa do mundo, e, em 2030, seu número de idosos ultrapassará o total de crianças entre zero e quatorze anos.

Essa tendência populacional representa uma série de riscos ao país, sendo destaques: (1.) aumento dos gastos e desequilíbrio da previdência (com aumento da faixa etária que recebe o benefício e diminuição do número de pessoas economicamente ativas (PEA)) e (2). desequilíbrio no sistema de saúde, já que os idosos geram mais despesas assistenciais em relação às demais faixas etárias.

 Para responder a esses fatores, é preciso que o Estado e a sociedade brasileira percebam como será alto o custo da inação, o ônus decorrente da inércia diante de riscos. É preciso que percebam como focar na mitigação desses riscos agora sairá mais barato do que resolvê-los como problemas no futuro. É necessário que a Reforma da Previdência seja reformulada, pensada e realizada de forma democrática e com ampla consciência e consentimento da população, e que o Estado foque também na população idosa além da questão fiscal, com a criação de políticas públicas voltadas para melhoria das condições de vida e saúde desta parcela da população.

Diante de cenários como este, como é possível construir o futuro? Como lidar com as tendências e riscos apresentados? É indispensável que a sociedade tenha consciência dessas questões, realizando um esforço coletivo de mitigar seus riscos, com resiliência diante das incertezas econômicas, geopolíticas, tecnológicas e ambientais. É crucial que as organizações se reposicionem com rapidez, e estejam prontas para responder à demanda da sociedade tendo como fonte a criatividade. E, por fim, é primordial que haja um Estado estratégico, capaz de aprender as tendências globais e responder às mudanças com agilidade.

**Origens e Características das Organizações Internacionais**

Os Estados, apesar de na maioria das vezes responderem às tendências globais de maneira individual, em alguns casos contam também com a colaboração dos entes internacionais. Embora do ponto de vista político e jurídico o Estado seja soberano, os âmbitos econômico, tecnológico e cultural fomentam o desejo e a necessidade da unificação e internacionalização. Desde os primórdios, com o comércio na Antiguidade, percebe-se uma forte tendência das nações de se aproximarem e estabelecerem contato entre si, pelos mais diversos motivos: obtenção de matéria-prima, mercadoria, mão-de-obra, ampliação do mercado comercial, segurança, entre outros.

 Com os avanços tecnológicos e a expansão da internet, a comunicação entre as pessoas e os países tornou-se mais rápida e eficiente, contribuindo para o estreitamento dos laços entre os países e para o desenvolvimento do fenômeno da globalização. Assim, ações realizadas no âmbito nacional passaram a gerar efeitos globais de grande impacto, o que colaborou para a criação de canais de cooperação entre os países, como uma forma de planejar e mitigar ações em escala internacional, focando no progresso e desenvolvimento global.

 Alguns desses "canais de cooperação" foram institucionalizados, sendo distinguidos em três conjuntos de entes com atuação internacional: Organização Intergovernamental (OIG), Organização Não-Governamental Internacional (ONGI) e as Empresas Multinacionais. As OIs têm como elementos essenciais o fato de serem constituídas sobre um tratado internacional, serem, geralmente, formadas por Estados, e possuirem atribuições de personalidade jurídica internacional.

 Sendo as responsáveis por moldar o discurso e os objetivos a serem debatidos na política e diplomacia, as organizações são fundamentais para a governança internacional à medida que criam um ambiente propício à reciprocidade, apresentam legitimidade da autoridade racional-legal e, por consequência, aumentam a expectativa difundida de que todos (ou quase todos) atores irão respeitar as normas e regras, gerando, consequentemente, um sentimento de obrigação moral.

 As OIs são essenciais, pois realizam uma série de medidas tais quais o estabelecimento de procedimentos para a resolução de disputas, ajuda humanitária, utilização de força militar e programas de assistência ao desenvolvimento, que não poderiam ser realizadas de forma independente por um país, exigindo coexistência e a integração internacional.

 No entanto, é preciso pontuar que é questionável o quão eficientes são essas organizações. Apesar de discutirem e realizarem uma série de propostas, do ponto de vista prático os Estados-membro empregam muito mais esforços econômicos, militares e científicos em prol dos interesses de sua nação do que nos interesses definidos pelas organizações. Além disso, quando as definições e resoluções globais apresentam conflitos de interesses no que tange a responsabilidade entre os Estados e os interesses nacionais, a efetividade dos tratados estabelecidos parece ser ínfima.

**Geopolítica, Política e Direito: tendências e perspectivas**

A performance das OIs depende diretamente da ideologia adotada por seus Estados- membro, e isso pode variar muito de acordo com a conjuntura nacional. A sociedade brasileira vem sendo marcada, nos últimos anos, por um cenário político de desilusão. Com a cena repartida entre extremistas e fanáticos, a racionalidade das discussões tornou-se escassa, e passou a refletir um cenário global de tensões e desequilíbrios.

 Diante de um governo pouco legítimo e da fragilidade da democracia nacional, o extremismo tomou conta do país, passando a ser um grande player na balança de equilíbrio nacional. Assim como ocorreu em 2016 nos Estados Unidos, agora em 2018, as eleições brasileiras estão marcadas pela ascensão de um personagem que se considera um herói, o defensor e restaurador da ordem nacional. Sendo definido por uma postura de enfrentamento e discursos agressivos de caráter fascista, não há como pensar em Bolsonaro e sua campanha eleitoral e não relacionar com o mandatário americano, Donald Trump.

 Os efeitos das ações de política externa do governo Trump sobre a geopolítica global foram desastrosos, e ameaçam levar a uma ruptura do atual sistema "globalizado", com o singular objetivo de "engrandecer" o poderio norte-americano. Suas medidas de governo afetam alguns dos pilares em que se baseia a geopolítica global atual, tais quais os acordos comerciais, a livre circulação de pessoas e o processo de integração internacional.

 Bolsonaro, se eleito, parece caminhar no mesmo sentido que o norte-americano, e de maneira ainda mais extrema. Reafirmando como acertadas as violações aos direitos humanos na ditadura militar e se posicionando contra a democracia nacional, o presidenciável está em completo desacordo com os valores das OIs e as deliberações da ordem jurídica global. Chegou a comentar, inclusive, que possui pretensões de retirar o país da Organização das Nações Unidas (ONU), afirmando que a instituição não possui utilidade, e prometendo deixar o Acordo de Paris sobre o clima.

 Diante de colocações como estas, voltamos a nos questionar: qual é o papel do Brasil no futuro do mundo? É preciso observar as tendências atuais na política nacional e perceber como estas afetam a ordem global, observar o risco que algumas escolhas apresentam às organizações internacionais e à ordem jurídica global. É preciso perceber que o custo da inação em momentos como este é altíssimo. É preciso batalhar pelos direitos. É preciso seguir a lei da comunidade humana.

**Fronteiras da Ciência e seus Impactos**

 Em tempos de crise econômica, é comum que seja questionada a aplicação do dinheiro público, focando nas atividades de retorno visível e instantâneo. As ameaças de cortes em bolsas de fomento, anunciadas em agosto pela Capes e pelo CNPq, provaram justamente isso. Dependendo prioritariamente do investimento estatal, a busca por conhecimento, inovação e tecnologia correu riscos de ser comprometida, dado o período de austeridade. Em momentos como este, é frequente o debate entre a importância da pesquisa básica e aplicada para o país, com o intuito de definir o direcionamento dos recursos públicos.

A ciência básica é o "estudo sistemático direcionado para o conhecimento ou a compreensão mais aprofundados de aspectos fundamentais de fenômenos e fatos observáveis, sem ter em mente aplicações específicas com respeito a processos ou produtos"[[1]](#footnote-1), ou seja, tem como origem a curiosidade intelectual dos cientistas. A ciência aplicada, por sua vez, é o "estudo sistemático a fim de atingir o conhecimento ou a compreensão necessários para determinar os meios pelos quais uma necessidade específica e reconhecida pode ser satisfeita"[[2]](#footnote-2). Portanto, ao contrário da pesquisa básica, a pesquisa aplicada busca gerar conhecimento para a aplicação prática e é dirigida para a solução de problemas anteriormente definidos.

A sociedade, por desejar retornos tangíveis, costuma considerar os recursos direcionados à ciência básica como uma extravagância, afirmando que esta possui como único objetivo saciar a curiosidade intelectual dos cientistas, e que o investimento em pesquisa deveria ser restrito à produção de novos produtos e tecnologias. Essa é, no entanto, uma colocação extremamente infeliz, pois além de ser fundamental, a ciência básica também é fortemente interligada com a ciência aplicada, dado que muitas vezes suas descobertas acabam sendo utilizadas como base para o desenvolvimento de produtos e tecnologias.

 Como as tendências globais atuais englobam as revoluções digital, mecânica e biológica, o Brasil e demais países correm grande risco no futuro se não forem capazes de acompanhar as mudanças científicas. É preciso investir no conhecimento, é preciso se libertar da dependência do financiamento exclusivo do Estado, buscando o estabelecimento de parcerias entre universidades e empresas, programas de apoio à pesquisa em pequenas empresas e licenciamento da propriedade intelectual produzida por pesquisadores.

**Tendências Demográficas e Migrações**

O financiamento do Estado também tem sido pauta de discussão no que tange as questões migratórias, cada vez mais presentes no cenário global. A deflagração de diversos conflitos e crises humanitárias ao redor do mundo tem feito com que o número de refugiados supere a marca da Segunda Guerra Mundial, com 68,5 milhões de pessoas forçadas a se deslocar contra sua vontade e, dentre essas, 25,4 milhões de refugiados que tiveram de deixar seus países para escapar do conflito e da perseguição, segundo a ACNUR.

Os conflitos e crises possuem características e complexidades próprias, mas todos acabam envolvendo, de uma maneira ou de outra, questões étnicas, religiosas, políticas, econômicas e relacionadas à nacionalidade, que recaem, infelizmente, sobre os civis.

Refugiado, segundo a Convenção de 1951 da ONU, é "qualquer pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo"**[[3]](#footnote-3)**. No caso brasileiro, a legislação também reconhece como refugiados aquelas pessoas que buscam segurança diante de situações de grave e generalizada violação de direitos humanos.

Expulsão de refugiados venezuelanos em Pacaraima (RR). Essa foi a "recepção" fornecida no mês de agosto por parte da sociedade que possui uma das mais amplas leis de refúgio. Por que a população age assim? Por que uma sociedade formada quase que inteiramente por descentes de imigrantes é resistente à recepção de refugiados? Porque falta informação, porque há um preconceito velado, porque acredita-se na falácia do desemprego dos nativos, porque não há interesse em conhecer o outro e sua história, porque há dificuldade de aceitar o outro.

A Conferência de 1951 estabeleceu que todos os seus signatários deveriam ter a obrigação de acolher refugiados, proporcionando a eles acesso ao território e ao sistema de refúgio. O Brasil agiu, sim, nesse sentido, implementando inclusive boas práticas no acolhimento, tais quais a não detenção, as CTPS e vagas específicas em universidades. No entanto, ainda há muitas políticas de inserção a serem adotadas pelo país.

 É preciso que os Estados forneçam esclarecimentos à população acerca da temática do refúgio, como uma forma de garantir um futuro mais humano para todos, e que incentivem os atores privados a colaborar também com a integração local dos refugiados. O esforço deve ser coletivo e comum a todos, proporcional ao tamanho e capacidade de cada ator. A temática merece atenção e a tendência é que siga presente no debate midiático e internacional por muito tempo.

 **Tendências Econômicas e Investimentos Diretos no Brasil**

Mesmo com toda as questões políticas e econômicas citadas anteriormente neste ensaio, o Brasil é, segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o sexto país que mais receberá investimentos diretos no período entre 2017 e 2019.

O investimento estrangeiro direto (IED) é a movimentação de capitais internacionais com o propósitos específico de investimento, quando atores no exterior criam ou adquirem operações em outro país. O investimento estrangeiro engloba a construção de novas instalações, a transferência de recursos de uma empresa multinacional para uma filial, fusões e aquisições, entre outros.

É essencial para o Brasil continuar recebendo IED, dado que, no cenário atual, faltam recursos para ampliar a produção, contratar funcionários e aumentar os negócios em território nacional. Apesar de não ser interessante reverter todo o rendimento para empresas estrangeiras, no momento de crise os IEDs podem ser o início de uma saída para a retomada da economia, uma vez que geram empregos, transferem competências, tecnologia e infraestrutura, e contribuem para maior produtividade, rentabilidade e geração de riquezas no país.

**Conclusão**

 Ao pensar nas tendências globais e seus riscos, é possível perceber que o século XXI oferece ao Brasil e demais países do mundo uma série de desafios. Desafios estes que podem ser enfrentados conjuntamente, através das OIs, ou individualmente, com imposições unilaterais dos Estados mais poderosos.

 Em um mundo onde as fronteiras, antes tão bem delineadas, agora se cruzam, onde o extremismo ideológico parece tomar conta, onde a esperança de muitos parece perdida, cabe a cada um definir como lidará com as adversidades daqui para a frente.

É possível observar os riscos e problemas que nos aguardam de maneira passiva, temendo o que virá, ou é possível enfrentá-los de maneira ativa, se impondo e lutando pelo que acredita. Internalize o futuro do país e do mundo que quer e batalhe por ele. Trilhe o seu caminho.

**Referências Bibliográficas**

* ACNUR. **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo**, 2018.
* AEBISCHER, Patrick. **How Science is Transforming the World: a 2030 Perspective**. Graduate Institute. 86 min. Disponível em:< [https://www.youtube.com/ watch?v=JDwD6k7E1As](https://www.youtube.com/watch?v=JDwD6k7E1As)>
* BUCCI, Eugênio. **O sintoma Bolsonaro e dois limites da democracia**, 2018. Disponível em: <[https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-sintoma-bolsonaro-e- dois-limites-da-democracia,70002426318](https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral%2Co-sintoma-bolsonaro-e-dois-limites-da-democracia%2C70002426318)>
* FISHER, Max. **Trump Shakes the International Order. Could It Break?**, 2018.
* HERZ, M; HOFFMAN, A. **Organizações Internacionais: história e práticas**, Elsevier, Rio de Janeiro, p.1-32, 2004.
* MARCOVITCH, Jacques. **O Brasil no Futuro do Mundo**. Ciclo “Futuro do Presente - O Brasil Imaginado”, 2013.
* MARQUES, Fabrício. **Os impactos do investimento**, 2016.
* MORENO, Ana Carolina. **Quase 200 mil bolsistas da Capes podem ficar sem bolsa se orçamento de 2019 sofrer corte, diz conselho**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/02/quase-200-mil-podem-ficar-sem-bolsa-se-orcamento-de-2019-sofrer-corte-diz-conselho-da-capes.ghtml>>
* PRADO, A; MELLO, P. **Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de cidade de Roraima.** Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/ refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml)>
* Redação Jornal USP. **Em 2030, Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo**, 2018. Disponível em: < http://[jornal.usp.br/?p=165490](https://jornal.usp.br/?p=165490)>
* S&P Global. **Metodologia de ratings de crédito nas escalas nacionais e regionais**, 2018.
* UNCTAD. **World Investment Report 2017**, 2017. Disponível em: <[https://unctad.org/en/ pages/PublicationWebflyer.aspx? publicationid=1782](https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=1782)>
* VASCONCELOS, A; DALLARI, P. **Brasil nas Ondas do Mundo-** The integration of the law in a politically fragmented world, 2017.
* World Health Organization. **"'Ageing well must be global priority'’ warns UN health agency in new study"**, 2014. Disponível em: <[https://news.un.org/en/story/2014/11/483012#. VFyq6\_nF-z4](https://news.un.org/en/story/2014/11/483012#.VFyq6_nF-z4) >
* Slides Jacques Marcovitch- O Brasil no Futuro do Mundo
* Slides Julyana Yokota- Desafios e tendências do mundo em transformação- Tendências Econômicas e Investimentos Diretos no Brasil

#

1. MARQUES, Fabrício. Os impactos do investimento, 2016, p. 22. [↑](#footnote-ref-1)
2. MARQUES, Fabrício. Os impactos do investimento, 2016, p. 22. [↑](#footnote-ref-2)
3. ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado, p.11. Disponível em:<[http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual\_de\_procedimentos\_e\_critérios\_para\_ a\_determinação\_da\_condição\_de\_refugiado.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf)> [↑](#footnote-ref-3)